

# Uma Análise das Estratégias de Desenvolvimento da América Latina em um Contexto de Crise do Capitalismo Global

Francisco Luiz Corsi

**Como citar:** CORSI, F. L. Uma Análise das Estratégias de Desenvolvimento da América Latina em um Contexto de Crise do Capitalismo Global. *In:* PASSOS, R. D. F.; VIEIRA, N. R.; SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Relações internacionais contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 167-186.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-557-5.p167-186>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# CAPÍTULO 9

## UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA EM UM CONTEXTO DE CRISE DO CAPITALISMO GLOBAL

*Francisco Luiz Corsi*

### 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre as políticas de desenvolvimento tem ganho espaço nos últimos anos na América Latina e em especial no Brasil. O fracasso das políticas neoliberais e as transformações em curso na economia mundial, que colocam uma série de desafios, estimularam esse debate, que tem como uma de suas referências as alterações na divisão internacional do trabalho e a inserção da região no capitalismo global. Que rumos deveriam seguir os países latino-americanos? Deveriam centrar suas economias nas exportações de produtos primários e manufaturados de baixo valor agregado? Deveriam enfatizar o mercado interno? Adotar o modelo asiático, calcado nas exportações de produtos manufaturados como carro chefe da economia, seria a saída? Isto seria possível no contexto de crise do capitalismo global?

Para estas questões não existem respostas definitivas. Nas presentes notas pretendemos apenas tecer alguns comentários sobre elas. Especial atenção será dada a questão dos impactos das transformações da economia mundial nas economias latino-americanas. Privilegia-se uma abordagem histórica da questão. Essa perspectiva norteia o capítulo.

<https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-557-5.p167-186>

Na última década, a América Latina apresentou a tendência de reprimarização de suas exportações e de queda do peso do setor industrial no PIB regional. Estes processos indicam estar a região a inserir-se cada vez mais como exportadora de produtos primários na economia mundial. Esta situação delineou-se de maneira mais nítida a partir da fase expansiva 2003-2007, quando a China se consolidou como polo dinâmico de acumulação no capitalismo global. Embora seja prematuro, dado que a crise desencadeada em 2007 ainda estar em curso, interessa discutir em que medida a referida crise reafirma essas tendências e condiciona as estratégias de desenvolvimento da região.

## 2 A RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO CAPITALISMO E A PERIFERIA

O entendimento da inserção atual da América Latina na economia mundial requer uma discussão das tendências delineadas a partir da profunda crise do capitalismo na década de 1970, que abriu caminho para a reestruturação do sistema. A crise representou o esgotamento de uma fase e o início de outra. Fugiria aos limites do presente capítulo discutir os complexos processos que levaram a chamada mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) e todos os seus múltiplos desdobramentos<sup>1</sup>. O objeto da discussão aqui reside na reconfiguração da divisão internacional do trabalho nas últimas décadas. Portanto, nossa análise é parcial e tem pretensões bastante limitadas.

Paulatinamente, observa-se, entre 1980 e 2003, a constituição de um espaço dinâmico de acumulação de capital no Leste Asiático, que desabrochou na fase expansiva iniciada em 2003. Para Arrighi (2008), esta região tende a tornar-se o novo centro hegemônico do capitalismo. Contudo, grande parte da periferia, como a América Latina, entrou em uma fase prolongada de instabilidade e crise, que se estendeu por cerca de 20 anos.

As alterações na divisão internacional do trabalho, nesta fase, estão intimamente vinculadas ao aprofundamento do processo de interna-

---

<sup>1</sup> Os principais desdobramentos da crise foram os seguintes: o paulatino desmonte do Estado de Bem-estar Social, o avanço do neoliberalismo, o amplo processo de abertura comercial, produtiva e financeira das economias nacionais, a expansão dos mercados de títulos, moedas e ações de âmbito global, a reestruturação produtiva com a introdução da chamada acumulação flexível e a reconfiguração espacial do capitalismo. Ver a respeito: Harvey (1992, 2012), Chesnais (1996, 2005), Brenner (2003), Corsi (2006, 2010) e Belluzzo (2009).

cionalização da produção. O acirramento da luta de classes, a queda da taxa de lucro e a concorrência intercapitalista cada vez mais feroz, que estão na raiz da crise de super acumulação dos anos 1970, impôs ao capital a necessidade de incorporar novos espaços de acumulação, no qual pudesse dispor de mão-de-obra abundante, barata, qualificada e disciplinada. Era imperioso para o capital dos países desenvolvidos quebrar o ímpeto de mobilização da classe trabalhadora e recompor o excedente relativo de força de trabalho, só que agora isto seria feito em escala mundial. Esta iniciativa levada a cabo pelas grandes corporações e pelos governos dos países centrais desencadeou processos que redesenhariam o capitalismo e colocariam em questão a hegemonia dos EUA, mostrando que essas forças não tinham e não têm o controle da história, pois os resultados, em muitos aspectos, foram bem distintos dos esperados.

A incorporação de novos espaços tornou-se viável em virtude de uma série de transformações em curso na economia mundial, quais sejam: a abertura comercial e financeira das economias nacionais, a diminuição dos preços de transportes e o desenvolvimento das comunicações e da informática. Essas mudanças contribuíram para que as empresas transnacionais pudessem coordenar e controlar processos globais de produção e distribuição, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente. Neste contexto, desenvolveram-se empresas em rede, que passaram a compor cadeias produtivas que se estendem por diferentes países (BASUALDO; ARCEO, 2006).

A partir dos anos 1980 observa-se crescente fluxo de investimento direto externo (IDE) para o Leste asiático. As grandes corporações dos países centrais, em especial do Japão<sup>1</sup>, deslocaram linhas de produção para esse novo espaço de acumulação de capital, procurando aproveitar as vantagens decorrentes, sobretudo, da mão-de-obra barata e abundante. No caso da China, outro atrativo era seu imenso mercado interno. Vários países da região avançaram no processo de industrialização, particularmente este último, que em poucas décadas tornou-se a “oficina do mundo” (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2011b, p.9).<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Ver a respeito Medeiros(1999).

<sup>2</sup> A China, em 2010, tornou-se o maior exportador de manufaturados do mundo, com 10% do total exportado, superando a Alemanha (8%). (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2011b, p.9).

Alguns países asiáticos em desenvolvimento lograram uma inserção dinâmica na economia mundial. Isto deveu-se, de um lado, as profundas transformações na economia mundial e, de outro, ao modelo de desenvolvimento voltado para as exportações adotado por inúmeros países da região, como no caso dos chamados “tigres asiáticos”, que desde os anos 1960 tinham optado por essa estratégia de desenvolvimento. No entanto, esses países, até o final da década de 1970, não tinham demonstrado desempenho superior a aqueles que adotaram a estratégia de industrialização via substituição de importações<sup>3</sup>. O rápido crescimento da economia brasileira entre 1945 e 1980 indica que o desenvolvimento calcado no mercado interno poderia ser tão dinâmico quanto o voltado para as exportações (COUTINHO, 1999). A nova fase do capitalismo parece ter selado a sorte dos países que por uma série de fatores históricos, geoeconômicos, políticos e sociais tinham optado pela industrialização substitutiva de importações<sup>4</sup>.

Embora as profundas diferenças históricas, políticas, culturais, sociais e econômicas tornem qualquer generalização arriscada, alguns países asiáticos em desenvolvimento adotaram projetos nacionais inspirados no modelo japonês, cujas principais características são as seguintes: ampla ação estatal na economia, estratégias de crescimento voltadas para as exportações e uso intenso de modernas tecnologias. Soma-se nesses países, pelo menos inicialmente, a grande oferta e a super exploração da força de trabalho. Padrão de desenvolvimento que começou nos chamados tigres de primeira geração (Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong) e depois alcançou com diferenças importantes outros países da região, como Malásia, Tailândia e Indonésia. Processo denominado por diversos autores de padrão de desenvolvimento dos “gansos voadores” (PALMA, 2004).

---

<sup>3</sup> A diferença entre os modelos parece ser uma questão de ênfase, pois o crescimento baseado nas exportações implica em grau considerável substituição de importações. Sem dúvida que o bom desempenho exportador diminui os problemas de estrangulamento externo que tanto afligiram as industrializações latino-americanas. Mas os países da região também adotaram políticas de incentivo às exportações de produtos manufaturados, como o Brasil a partir de meados da década de 1960.

<sup>4</sup> Não caberia aqui discutir as razões que levaram esses países a dotar o modelo substitutivo de importações. Mas cabe lembrar que eles começaram a se industrializar na década de 1930, quando em virtude da Grande Depressão a economia mundial desarticulou-se e o crescimento passou a pautar-se pelo mercado interno, quadro que se projetou para o período pós-guerra até pelo menos o final dos anos 1950. Ademais, países como o Brasil, o México e Argentina possuíam um mercado interno potencial relativamente grande com abundância de força de trabalho e uma ampla dotação de recursos naturais. Fatores ausentes nos chamados tigres asiáticos, que avançaram em seus processos de industrialização em um contexto mundial diferente, marcado por forte expansão do comércio internacional, e contaram com substancial ajuda dos EUA em termos de financiamento e acesso privilegiado ao mercado norte-americano em decorrência da posição geopolítica na guerra fria.

A China seguiu trajetória distinta, apesar de seu modelo de desenvolvimento também inspirar-se, em parte, no Japão. Correndo o risco de ser excessivamente esquemático, podemos dizer que o ponto de partida do processo de transição para o capitalismo na China parece residir na constatação por parte da liderança do Partido Comunista Chinês (PCC) dos enormes obstáculos para implantar o socialismo. A queda do Muro de Berlim e, sobretudo, o colapso da URSS reforçaram a necessidade de mudanças. A modernização passou a ser encarada como uma questão vital para sobrevivência do regime e isso implicava profundas reformas econômicas e sociais e maior articulação com a economia mundial. Forças armadas modernas exigiam uma economia dinâmica e tecnologicamente avançada. Além disso, o crescimento econômico acelerado seria um mecanismo importante de aplacar os descontentamentos sociais. A transição chinesa para o capitalismo, ainda em curso e seguindo um caminho bastante peculiar, seguiu rumo diferente da rápida transição soviética, que acabou com o desmoronamento da URSS. A estratégia era implementar as reformas de maneira mais lenta e controlada, que não colocasse em risco a sobrevivência do regime e o monopólio político do PCC (MEDEIROS, 2008). Desta forma, a revolução chinesa transformou-se em uma revolução nacional, cujo objetivo é tornar a China uma grande potência. Mas não caberia aqui aprofundar esse ponto<sup>5</sup>.

A nova configuração do capitalismo global mostrou-se bastante favorável aos países que tinham adotado modelos de desenvolvimento calçados nas exportações. Duas características desses países parecem ser importantes: a constituição de um setor industrial competitivo e certo grau de desenvolvimento tecnológico autônomo. Os países que tinham adotado o modelo de industrialização via substituição de importações, voltados para seus mercados internos, não tiveram tanta sorte no contexto de abertura das economias nacionais e entraram em uma fase de grande instabilidade e crise econômica e social. Estas diferentes trajetórias reafirmam o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista.

Paralelamente a esses processos, ganhou relevo o crescente peso do capital financeiro na economia mundial. A abertura das economias nacionais e a expansão dos mercados de títulos, moedas e ações em escala

<sup>5</sup> Ver a respeito, entre outros, Medeiros (2006, 2008).

global levaram o capital financeiro a envolver todo o sistema. Este processo restringiu a capacidade dos Estados nacionais de levarem a cabo políticas visando o pleno emprego e o desenvolvimento, mas isso não significou necessariamente um enfraquecimento dos Estados nacionais, pelo menos daqueles que ocupam o topo da hierarquia internacional, como foi explicitado pela crise em curso desde 2007. Mas para países subordinados e dependentes, como os da América Latina, que adotaram políticas inspiradas no chamado Consenso de Washington, verificou-se uma redução do grau de independência na determinação da política econômica.

Verificou-se um crescente inchaço da esfera financeira, particularmente no centro do sistema. De acordo com Chesnais (2005), os lucros não acumulados das empresas transnacionais, as rendas da terra e as derivadas da exploração de recursos naturais, os juros provenientes do pagamento das dívidas externas dos países em desenvolvimento e as poupanças centralizadas pelos fundos de pensão e pelos fundos mútuos alimentam continuamente a esfera financeira, ao que se soma a própria reaplicação dos rendimentos auferidos na especulação financeira. O resultado é o domínio dessa fração do capital sobre as demais. A dinâmica do capitalismo passou a ser, em parte, ditada pelos interesses desse capital, o que teve consequências não só para o nível de acumulação no centro como também para vastas áreas da periferia. Em parte, a dinâmica do capitalismo global passou a sustentar-se em bolhas especulativas, o que aprofundou a inerente instabilidade do processo de acumulação de capital, como ficou explícito nas crises que pontilharam a história recente da economia mundial, em particular no estouro da bolha imobiliária norte-americana em 2008.

Neste contexto, a economia mundial, de modo geral, pode ser dividida em três blocos, que concentram o grosso dos capitais financeiros e produtivos e dos processos de acumulação e de especulação, quais sejam: os EUA, a União Europeia e o Leste Asiático. Cabe algumas observações em relação a este último. A China devido ao seu crescente peso econômico e a sua autonomia política e militar é hoje o centro da região. A rápida ascensão chinesa torna cada vez mais difícil considerar este país como parte da periferia. A China tende a criar sua própria periferia em escala regional e mundial. A competição é acirrada, sobretudo entre o bloco asiático, que

cada vez mais ganha espaço econômico, e os outros dois, não obstante as profundas articulações financeiras e produtivas entre eles.

O impacto da abertura das economias nacionais, das políticas econômicas neoliberais, do predomínio do capital financeiro e da realocação de segmentos produtivos em escala mundial foram imensos e muito desiguais na periferia. A partir dessa nova configuração do capitalismo observa-se uma maior penetração de produtos manufaturados da periferia nos mercados dos países do centro. A mudança da inserção da periferia na economia mundial foi sensível. Em 1960, os manufaturados representavam 7% do total das exportações dos países em desenvolvimento, em 1980, 20% e atualmente cerca de 70%, enquanto que para os países desenvolvidos esse número é de 75% (BASUALDO; ARCEO, 2006, p. 32). Em 1990, a participação desses países no comércio mundial era de 29%. Um pouco antes da crise de 2007, passou para 35%. Nesse processo aprofundou-se a diferenciação estrutural na periferia.

### **3 A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA FASE DE ASCENSÃO DA ECONOMIA GLOBAL**

A América Latina asfixiada pelo endividamento externo, pelo baixo crescimento, pela crise fiscal e pela crise inflacionária estava vulnerável e despreparada para enfrentar a nova situação internacional. A vitória das frações burguesas rentistas e vinculadas ao agronegócio e ao capital estrangeiro impôs uma rápida abertura da economia, o que fragilizou ainda mais as economias da região, embora os planos de estabilização inspirados no chamado “Consenso de Washington” tenham controlado os processos inflacionários (BASUALDO; ARCEO, 2006).

A América Latina continua a ocupar um lugar subordinado e as relações de dependência continuam praticamente inalteradas. Nas décadas de 1980 e 1990, quando vários países asiáticos lograram um salto qualitativo em suas economias e uma inserção dinâmica na economia mundial, a América Latina chafurdou na estagnação (CANO, 2000). Acompanhando o relativamente baixo crescimento da economia mundial entre 1980 e 2003, a região cresceu em média 2,7% ao ano. Este período foi caracterizado pela crise do modelo desenvolvimentista, pelas crises inflacionárias e da dívida externa e pelo avanço das políticas econômicas neoliberais. Estas

políticas não conseguiram retomar o crescimento sustentado e abriram um período de grande instabilidade econômica e vulnerabilidade externa, que ficou evidente nas crises do México em 1994, do Brasil em 1999 e da Argentina no ano seguinte. A esperada modernização tecnológica e a inserção dinâmica na economia mundial não ocorreram. Os países da região tenderam, como veremos, a aprofundar a histórica inserção calcada nas exportações de produtos primários.

A fase de baixo crescimento, instabilidade e exacerbada vulnerabilidade externa só seria interrompida a partir de 2003, justamente quando a economia global entrou em uma fase expansiva. Também contribuiu para a nova fase de crescimento mais acelerado a vitória eleitoral de partidos de centro-esquerda em vários países da região. Estes governos, em graus distintos, flexibilizaram as políticas neoliberais. Exemplo desse processo de afastamento em relação ao neoliberalismo foram governos Lula, Correia, Chavez, Morales e Kirchner. A forte expansão da economia mundial teve reflexo positivo sobre as exportações, os termos de troca e os fluxos de capitais, enquanto que as políticas econômicas expansivas, baseadas no aumento do crédito e do gasto público e na redução dos juros, fomentaram o mercado interno a partir do incremento do consumo e do investimento. Estes governos também adotaram medidas voltadas para a promoção da distribuição da renda<sup>6</sup>. Tudo isso contribuiu para o crescimento econômico alcançar a média de 4,5% na região entre 2003 e 2010 (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2013b, p. 79).

De modo geral, três foram as estratégias seguidas pelos países da região neste período. México, Peru e Chile continuaram a adotar políticas neoliberais e nem por isso deixaram de apresentar um bom desempenho econômico<sup>7</sup>. Outro grupo de países, como Brasil e a Argentina, com diferentes gradações, as flexibilizou. Bolívia, Equador e Venezuela foram os países que mais buscaram um caminho alternativo ao neoliberalismo. Apesar de também procurarem diversificar suas economias, não avançaram muito

---

<sup>6</sup> No Brasil, por exemplo, o programa bolsa família e a majoração do salário mínimo são exemplos dessa nova postura. Em 2002, os pobres representavam 44% da população da América Latina. Esse número caiu para 32,1% em 2010, isso não significa, contudo, que a região tenha superado os seus problemas estruturais neste campo (PRADO, 2012, p. 4).

<sup>7</sup> Entre 2004 e 2008 o PIB desses países cresceram em média respectivamente o seguinte: 3,7%, 7,6% e 4,9% (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2013b)

nesta direção, continuaram extremamente dependentes das exportações de bens primários<sup>8</sup>.

Não obstante a importância da expansão do mercado interno e da melhora das condições de vida de parcelas significativas da população, pontos que mereceriam uma análise mais detida, o foco da discussão aqui é a questão da inserção das economias latino-americanas na economia mundial, que parece cada vez mais sustentar-se nos setores exportadores de commodities, manufaturados pouco intensivos em tecnologia e na contínua dependência dos fluxos internacionais de capital, o que caracterizaria uma inserção pouco dinâmica no capitalismo global. Os dados apresentados no gráfico 1 indicam uma inserção das economias latino-americanas na economia mundial calcada nas exportações de produtos primários e de produtos manufaturados intensivos em recursos naturais e força de trabalho, com baixa agregação de valor.

Ao mesmo tempo, permanece a dependência financeira, apesar da situação de vulnerabilidade externa ter sido reduzida. O fato da crise mundial atual não ter se transformado em crise nas contas externas e nem em uma crise financeira interna, como na década de 1990, é ilustrativo. Mas isso não significa que o problema tenha sido superado, pois com o prolongamento da crise global o fantasma da vulnerabilidade externa volta a incomodar a região, em especial o Brasil<sup>9</sup>. Problema evidente na necessidade de um fluxo considerável de capitais externos para fechar as contas correntes de vários países latino-americanos. Os governos de centro-esquerda, críticos do neoliberalismo, não buscaram, não conseguiram, ou não tiveram alternativas para mudar os rumos da inserção das suas economias no capitalismo global.

O retrocesso da inserção na economia mundial manifesta-se no Brasil e na Argentina, que tinham logrado desenvolver uma estrutura industrial relativamente complexa. O México que também avançou em seu

<sup>8</sup> Dados os limites desse artigo não seria possível desenvolver esse ponto. A título de exemplo o caso da Venezuela é emblemático. Em 2012, o PIB cresceu 5,6%. Apesar dos esforços de diversificar a economia com um taxa média de investimentos de 25,14% nos últimos 9 anos, 65,7% do crescimento da demanda, em 2012, foi satisfeito por importações, o que sugere forte dependência das divisas geradas pelas exportações de petróleo. Não por acaso verifica-se crescente deterioração das contas externas, em um contexto de estagnação da produção de petróleo e queda nos preços internacionais da commodity (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2013).

<sup>9</sup> Ver a respeito gráfico 4 mais adiante.

processo de industrialização e que apresenta certo avanço em alguns de seus indicadores industriais merece uma observação a parte<sup>10</sup>. Ao ingressar no NAFTA, abdicou da possibilidade de trilhar um caminho mais autônomo e restringiu as estratégias de desenvolvimento as políticas neoliberais. Além disso, a expansão das indústrias maquiladoras não pode ser considerado um salto no setor industrial, embora as suas exportações de bens manufaturados tenham sofrido forte incremento. Porém, isso não significou uma mudança estrutural que lhe permitisse uma inserção dinâmica na economia global e um desenvolvimento tecnológico autônomo. Sua severa dependência em relação aos EUA é patente, sobretudo no fato de 80% de suas exportações se dirigirem para os EUA (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2013a).

Esta evolução vinha sendo preparada pelas políticas neoliberais, que ao abrirem indiscriminadamente as economias nacionais desarticularam as cadeias produtivas centradas no mercado interno e reduziram o espaço de crescimento do setor industrial<sup>11</sup>. Soma-se a isso a tendência a valorização cambial observada em alguns países. Entretanto, até o final da década de 1990, o processo de reprimarização das exportações, que ganhou terreno na fase de ascensão da economia mundial entre 2003-2007, não era observado, como indicam os dados constantes no gráfico 1. Os dados apresentados sugerem que as exportações da América Latina a partir de 2003 concentram-se nos setores menos dinâmicos. No início dos anos 1980, as exportações da região estavam concentradas em produtos primários e manufaturados de baixa intensidade tecnológica. No final da década seguinte, a situação tinha se alterado, a região exportava, sobretudo, produtos manufaturados. A situação inverteu-se novamente na década de 2000. Verifica-se o incremento das exportações de produtos primários.

<sup>10</sup> O México é um dos maiores exportadores de produtos manufaturados entre os países em desenvolvimento. Em 2012, os principais setores exportadores foram a indústria automobilística, a indústria elétrica e eletrônica e o setor de petróleo. Mas o bom desempenho do setor exportador tem relativamente pouco impacto no conjunto da economia, em virtude do alto grau de importação de insumos das indústrias maquiladoras, que exportam em larga escala para os EUA. Segundo Palma (2004, p.210-215), em 2002, o México foi um dos nove maiores exportadores de produtos manufaturados entre os países em desenvolvimento, com 12% do total, o que representou cerca de 150 bilhões de dólares. Mas o crescimento do PIB foi de 0,8%. O exemplo da produção de aparelhos de TV é ilustrativo. O México produziu, em 2001, 30 milhões de aparelhos, sendo que 90% foram exportados para os EUA. “98% dos insumos da indústria de televisores eram importações diretas ou indiretas [...] Na verdade, as empresas mexicanas só fornecem 2% restante dos insumos (essencialmente embalagens de papelão e de plástico, e manuais de uso)”.

<sup>11</sup> No caso do Brasil ver a respeito, entre outros, Cano (2012) e Gonçalves (2013).

Enquanto que a participação nos setores de alta tecnologia, que são os mais dinâmicos do comércio internacional, é modesta.

**AMERICA LATINA E CARIBE: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DE BENS AO MUNDO DESDE INÍCIOS DOS ANOS OITENTA**  
(Em porcentagens do total em valor)

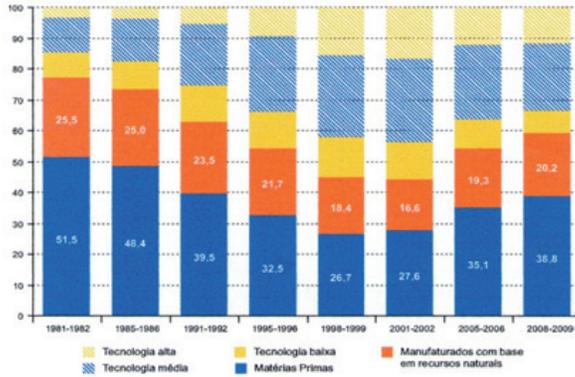


Gráfico 1 – América Latina e Caribe: evolução da...

Fonte: CEPAL (2010a, p. 13)

Este comportamento das exportações latino-americanas coincide com ascensão da China como novo centro dinâmico da acumulação de capital em escala mundial. Na fase de ascensão da economia mundial (2003-2007), a crescente demanda chinesa por matérias primas e alimentos foi, em parte, responsável pelo aumento dos preços e do volume das exportações e pela melhora dos termos de intercâmbio da América Latina, o que contribuiu para o bom desempenho da atividade econômica da região no período. A forte elevação dos preços das commodities também se deveu a desvalorização do dólar, a utilização da cana de açúcar e do milho para a fabricação de etanol e a especulação, que tomou conta desses mercados (JENKINS, 2011, p. 79-82).

Em 2000, a América Latina remetia 5,3% do total de suas exportações para a Ásia-Pacífico. Dez anos mais tarde, este número era 17,2%. Evolução semelhante também pode ser observada no que se refere as importações, que passaram de 10,6% das importações totais para 27,2% no mesmo período. Ao mesmo tempo em que ocorria uma sensível diminuição do comércio com os EUA. As exportações latino-americanas para este

país declinaram de 59,7% do total exportado para 39,6%. As importações latino-americanas dos EUA caíram de 50,4% do total das importações regionais para 29,1%. Em relação à União Europeia observa-se certa estabilidade. As exportações latino-americanas para essa região passaram de 11,6% para 12,9% do total exportado no período em pauta. As importações provenientes da União Europeia passaram de 14,2% para 13,7% do total importado pela América Latina. Nesse mesmo período, cresceu o peso comércio inter-regional (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2011a, p. 71-72).

A composição do comércio entre América Latina e Ásia-Pacífico denota que as economias das duas regiões estão se tornando complementares. Esta segunda região, em especial a China, importa da América Latina, sobretudo, bens de baixo valor agregado (manufaturas de recursos naturais e bens primários). Os países sul-americanos foram os mais favorecidos pelo crescimento das exportações de bens primários, vinculado à expansão econômica chinesa. Em 2000, as exportações para China representavam 8,3% das exportações totais do Brasil e 20% das chilenas. Hoje, a China ocupa o primeiro lugar como destino das exportações desses dois países e segundo lugar nos casos do Peru e da Argentina. Os países cujas economias são especializadas nas exortações de bens primários se beneficiaram com o intenso comércio com a China. Os termos de intercâmbio para a América do Sul, entre 2000 e 2010, melhoram cerca de 60%, graças, em boa medida, a ampliação da demanda chinesa por bens primários (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2011a, p. 33-34).

Contudo, este tipo de relação comercial não traz somente benefícios, mas também tem seu lado negativo. Argentina, Colômbia e Brasil, apesar de terem se beneficiado do comércio com o país asiático, sofrem crescente concorrência em relação a sua indústria. Os países centro-americanos e o México não se beneficiaram desse processo, pois suas exportações para a China representam 2% do total exportado por eles. Estes países também foram os que mais sofreram com a concorrência chinesa no tocante a bens manufaturados, principalmente no mercado norte-americano, no qual as suas indústrias maquiladoras tinham larga presença. Não por acaso, os termos de intercâmbio dos países centro-americanos, entre 2000 e 2010, declinaram 14%. O México não foi tão afetado devido à elevação

dos preços do petróleo. (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2011a, p. 33-34)

A reprimarização das exportações está sendo acompanhada pela queda do peso da indústria no PIB. A participação do setor industrial no PIB da América Latina caiu 30% entre 1975 e 2000, acompanhando a queda da participação da região na produção industrial da periferia, que foi de 37% para 26% no mesmo período. As exportações em relação ao PIB da região subiram de 11,6% para 23,7% entre 1975 e 2003 (BASUALDO; ARCEO, 2006, p. 53-54). Hoje, o setor industrial representa 17% do PIB regional, mas já chegou a representar 25%, na década de 1980. Estes dados sugerem que pelo menos alguns países da região estão passando por um processo de desindustrialização.

#### **4 A CRISE DO CAPITALISMO GLOBAL E A AMÉRICA LATINA**

A crise aberta em 2007 e aprofundada no segundo semestre do ano seguinte teria alterado essa tendência de inserção da América Latina como exportadora de produtos primários na economia global? Ou essa tendência verificada na fase de expansão refletiria determinações mais profundas relacionadas a nova configuração do capitalismo, na qual a China aparece como novo centro dinâmico da economia mundial? A região não ficou imune à crise global, mas esta não se desdobrou em crise financeira interna como nas crises ocorridas na década de 1990. Em 2009, a economia da região encolheu 2%, mas voltou a crescer 5,9% no ano seguinte, para voltar a cair com o repique da crise mundial em 2011. Nesse ano, cresceu 4,4% e 3,0% em 2012 (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2013a). A retomada da atividade econômica baseou-se tanto no crescimento do consumo e dos investimentos quanto no incremento das exportações, que foram impulsionadas pela demanda Chinesa. A demanda chinesa por commodities tem sido importante para vários países na crise atual. Em 2009, as exportações latino-americanas para os EUA e para União Europeia declinaram respectivamente 26% e 29%, enquanto as para a Ásia cresceram 4%, sendo de 11% o crescimento das exportações para a China (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2011b, p. 13)

Em 2010, as exportações latino-americanas cresceram 29%, ante um declínio de 23% no ano anterior. As exportações para China cresceram a um ritmo superior ao das exportações totais. Entre esses dois anos, tal crescimento alcançou a cifra de 45%. Em números absolutos, em 2010, as exportações de bens primários da região para a China totalizaram 40 bilhões de dólares (cerca de 10 vezes mais que uma década antes), enquanto as exportações chinesas de bens manufaturados atingiram a cifra de 78 bilhões de dólares. Desde meados da década de 2000, cerca de 90% das exportações para a China constituem-se de produtos primários (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARYBE, 2010 a, 2010b).

A desaceleração da economia chinesa em 2011 e 2012, em um contexto de baixo crescimento da economia mundial e de crise nas regiões mais desenvolvidas, acarretou uma queda no ritmo de crescimento das exportações, cujo valor cresceu apenas 1,5% em 2012. Esta situação levou ao declínio dos termos de intercâmbio da América Latina, com reflexos negativos sobre o crescimento. Paralelamente, se observa um incremento das importações, decorrente do crescimento em curso e da apreciação do câmbio. Também verifica-se uma tendência de redução moderada dos preços dos produtos primários em virtude da queda da demanda e do aumento da oferta (Ver gráfico 2). O resultado foi a deterioração das contas correntes de vários países latino americanos. Os dados apresentados nos gráficos 3 e 4 são ilustrativos desse processo.

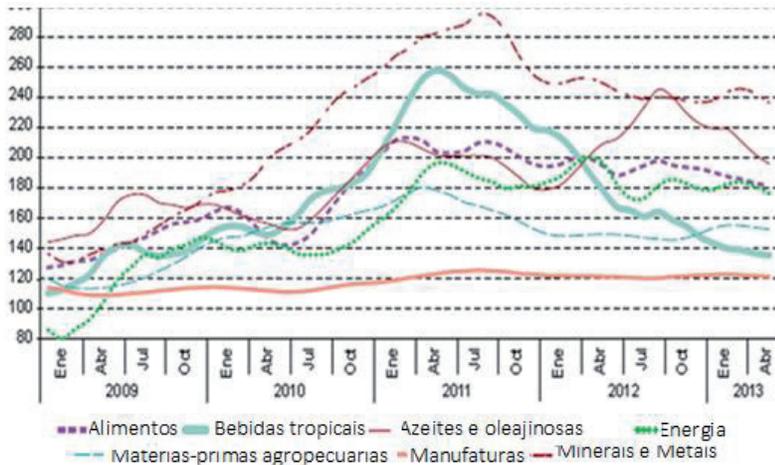


Gráfico 2 - América Latina: índices de preços de produtos básicos de exportação e de manufaturas. Média móvel de três meses, janeiro de 2009 a abril de 2013 (2005= 100).

Fonte: CEPAL (2013a, p. 47)

Os preços das commodities que tinham caído a partir do final de 2008 em virtude da crise mundial voltaram a subir no ano seguinte, embora apresentando um ímpeto menor que no período anterior. A recuperação dos preços foi até o início do segundo semestre de 2011, quando observa-se nova tendência de queda dos mesmos. Este comportamento contribuiu para os países latino-americanos resistirem melhor o período mais agudo da crise. É verdade que a redução da vulnerabilidade externa no período de auge e as políticas econômicas anticíclicas também contribuíram de forma relevante para esse resultado. Mas com a persistência da crise e a redução da demanda chinesa os preços retrocederam novamente. Isto teve um impacto bastante negativo nos termos de intercâmbio. Interessa observar que o desempenho das economias latino-americanas acompanhou a dinâmica dos preços e dos termos de intercâmbio, o que sugere a crescente dependência da região em relação as exportações de produtos primários. Entre 2010 e 2012 o PIB regional caiu quase que a metade, como vimos acima.

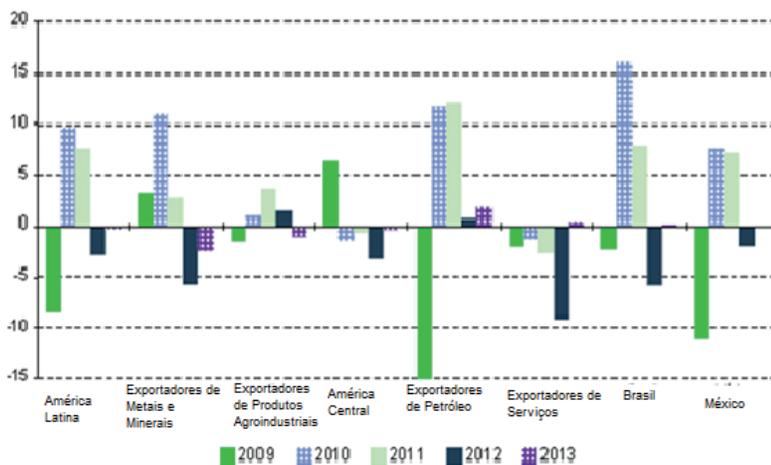


Gráfico 3 - Termos de Intercâmbio América Latina – Taxas de variação (2009-2013).

Fonte: CEPAL (2013a, p. 34).

A crise atual contribuiu para a deterioração das contas correntes de vários países da região, embora esse processo tenha começado a delinear-se já em 2007, como pode ser observado pelo gráfico 4. Inicialmente a deterioração das contas externas deveu-se ao forte incremento das importações em um contexto de vigoroso crescimento econômico e de apreciação de várias moedas da região, que recebeu caudaloso fluxo de capitais na fase expansiva. Mas com a crise verifica-se uma queda nos superávits comerciais e uma crescente deterioração das demais contas das transações correntes, cabendo destacar os déficits na conta serviços e o incremento das remessas ao exterior. Em 2013, o Déficit das transações correntes da região alcançou o patamar equivalente a 2% do PIB regional. Indicando o retorno do problema da vulnerabilidade externa.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> O caso brasileiro é ilustrativo. Entre 2003 e 2007, o Brasil obteve superávits nas transações correntes. Porém, com a intensificação do crescimento, a crescente desnacionalização da economia que acarretou forte majoração das remessas ao exterior e a acentuada valorização do real, os déficits voltaram e se agravaram com a crise mundial, que foi acompanhada de queda nos termos de intercâmbio e da demanda chinesa por matérias-primas e alimentos. Em 2007, o saldo de transações correntes foi positivo em 1,5 bilhões de dólares. No ano seguinte, a situação deteriorou-se e o déficit foi de 28 bilhões, chegando a 54 bilhões de dólares em 2012. O balanço de pagamentos tem sido fechado graças aos investimentos externos diretos e aos voláteis investimentos em carteira. Apesar do acumulo significativo de reservas, que alcançaram a cifra de 367 bilhões de dólares em 2012, a situação não é tranqüila e esses déficits não poderão perdurar indefinidamente (GOÇALVES, 2013).

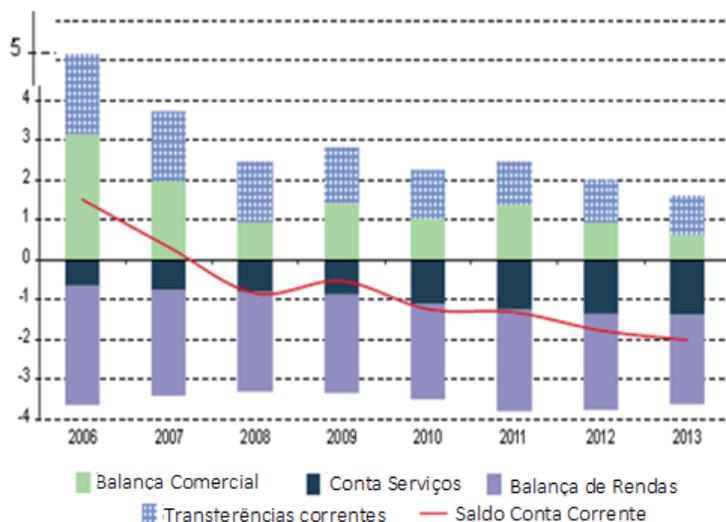


Gráfico 4 - Estrutura das contas correntes (2006-2013) – Em porcentagem.

Fonte: CEPAL (2013a, p. 40).

A deterioração das contas externas, a inserção baseada na exportação de produtos primários e o aparente avanço do processo de desindustrialização devem-se a manutenção do núcleo da política neoliberal por muitos países da região e a nova configuração do capitalismo global, delineada a partir da crise estrutural da década de 1970 e aprofundada pela crise atual.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem fortes indícios de que a América Latina na nova configuração do capitalismo global tenderá a continuar a inserir-se como exportadora de produtos primários e produtos manufaturados de baixo valor agregado na economia mundial. Tenderá cada vez mais a compor as cadeias produtivas centradas na China. A crise mundial parece ter reforçado a dependência da região em relação à Ásia. Isto se deve ao crescente peso dos países asiáticos.

Entretanto, a América Latina não é um todo homogêneo. Para os países cuja economia é pouco diversificada e o mercado interno potencial é relativamente modesto a margem de manobra parece ser menor. Provavelmente, tenderão a aprofundar a inserção voltada para a exportação de bens primários, manufaturas de baixo valor agregado e a desenvolver indústrias maquiladoras, como parece ser o caminho proposto pelos países que compõem a recém-criada Aliança para o Pacífico. Todavia, o México, que tem uma economia mais complexa e relativamente industrializada, também fez essa opção, coerente com a política que imprime desde a formação da Nafta. Este país parece ter deixado de almejar uma maior autonomia. Esses países se voltam para a Ásia e para o mercado norte-americano. Também poderíamos incluir neste grupo os demais países da América Central. Venezuela, Equador e Bolívia, governados por governos mais à esquerda e com projetos de autonomia, não conseguiram romper com a inserção baseada na exportação de produtos primários, não obstante as tentativas de diversificação econômica levadas a cabo nos últimos anos e as políticas visando melhorara distribuição da renda. A expansão de seus mercados internos ampliou as oportunidades para as exportações manufatureiras de seus parceiros regionais, em particular do Brasil. Esses países não lograram alcançar densidade econômica que lhes permitisse de fato maior autonomia. A Argentina encontra-se no meio do caminho entre aqueles países de baixa densidade econômica e o Brasil. Este país tem relativo potencial de crescimento autônomo, o que implica em um desenvolvimento centrado no mercado interno, sem, contudo, abrir mão de um forte setor exportador de commodities, que desenvolva as cadeias produtivas a ele vinculadas, e de participação do capital globalizado em sua economia. Este caminho também implica em um forte e competitivo setor industrial. Outro espaço de acumulação que se abre constitui-se em investimentos em infraestrutura, saúde e educação.

O rumo que será efetivamente seguido dependerá de um conjunto de determinações, sendo as mais relevantes à estrutura socioeconômica, a correlação de forças entre as classes, os diferentes projetos das classes para a nação e a posição geopolítica de cada país.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008. 428p.
- BASUALDO, E. M. ; ARCEO, E. (Org.). *Neoliberalismo y setores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. 360p.
- BELLUZZO, L. G. M. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: UNESP, 2009. 307p.
- BRENNER, R. *O boom e a bolha. os Estados Unidos na economia*. São Paulo: Record, 2003. 414p.
- CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: EDUNESP, 2000. 528p.
- \_\_\_\_\_. A desindustrialização do Brasil. *Economia e Sociedade*. Campinas, v.. 2, n. especial, p. 831-851, dez. 2012.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE - CEPAL *Panorama de la inserción internacional de America Latina y Caribe*. Santiago, 2010a. Disponível em: <www.eclac.org>. Acesso em: 11 jul. 2013.
- \_\_\_\_\_. *La Republica popular China y América Latina y Caribe: hacia una relación estratégica*. Santiago, 2010b. Disponível em: <www.eclac.org>. Acesso em: 11 jul. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y Caribe*. Santiago, 2011a. Disponível em: <www.eclac.org/cgi-bin/getPred.asp?xml/publicaciones/xml/9/44349.xml>. Acesso em: 05 jul. 2013.
- \_\_\_\_\_. *La Republica Popular China y América Latina y el Caribe: hacia una nueva fase en el vinculo económico e comercial*. Santiago, 2011b. Disponível em: <www.eclac.org/cgi-bin/getPred.asp?xml/publicaciones/xml/6/43666.xml>. Acesso em: 8 ago. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y Caribe*. Santiago, 2013a. 130p.
- \_\_\_\_\_. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago, 2013b. Disponível em: <www.eclac.cl/estadisticas/>. Acesso em: 04 ago. 2013.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005. 255p.

CORSI, F. L. Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: ALVES, G.; GONZALEZ, J L; BATISTA, R L (Org.). *Trabalho e educação*. contradições do capitalismo global. Maringá: Práxis, 2006. p. 17-46.

\_\_\_\_\_. La crisis estructural del capitalismo y sus repercusiones. *Íconos: Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 36, p. 29-39, 2010.

COUTINHO, L. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 351-378.

GONÇALVES, R. *O vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002. 236p.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 214p.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.

\_\_\_\_\_. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012. 236p.

JENKINS, R. El 'efecto China' em los precios de los productos básicos e en el valor de las exportaciones de América Latina. *Revista da CEPAL*, Santiago, n.103, p. 73-93, abr. 2011.

MEDEIROS, C. A. Globalização e a inserção diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 279-346.

\_\_\_\_\_. A China como duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.2, n.3 p. 381-400, jul./set., 2006.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento econômico e a ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, J.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. P. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-277.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, Jose. L. (Org.). *O poder Americano*. Petrópolis, Vozes, 2005. p. 393-454.

PRADO, A. El desarrollo en América Latina después de la crisis financeira de 2008. Rede Desenvolvimentista. Textos para discussão n, 5, 2012. Disponível em: [http://www.reded.net.br/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=419&&view=viewdownload&catid=14&cid=180&lang=pt#.UnvQF\\_IQGCo](http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=419&&view=viewdownload&catid=14&cid=180&lang=pt#.UnvQF_IQGCo). Acesso em: 12 set. 2013.